

Método e representação:

o dinheiro como expressão conceitual da forma de ser do capital

Jesus Ranieri

Como citar: RANIEIRI, J. Método e representação: o dinheiro como expressão conceitual da forma de ser do capital. *In*: ROIO, M. D. (org.). **Marx e a dialética da sociedade civil**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.259-273. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-596-4.p259-273>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

MÉTODO E REPRESENTAÇÃO: O DINHEIRO COMO EXPRESSÃO CONCEITUAL DA FORMA DE SER DO CAPITAL¹

Jesus Ranieri²

Em outras oportunidades³ manifestamos nossa compreensão a respeito da gama conceitual com a qual Karl Marx trabalhava e, no interior deste mesmo conteúdo teórico extraído de seus escritos, os desdobramentos que tal desenvolvimento surtia no interior do próprio esquema explicativo do autor. Como exemplo que não exclui outros, mas que dá a ideia do quão categorias, no caso, são mais importantes que conceitos, notamos já nos *Manuscritos econômico-filosóficos* que termos como “posse” (*Besitz*) e “propriedade” (*Eigentum*), assim como “carência” (*Bedürfnis*) e “necessidade” (*Notwendigkeit*) e “exteriorização” (*Entäußerung*) e “estranhamento” (*Entfremdung*) são cunhados tendo sempre como pressuposto a maneira

¹ Com modificações substantivas, este texto foi publicado originalmente em *Os contornos do trabalho e a educação no século XXI*, São Paulo: editora Xamã, 2013.

² Sociólogo. Professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

³ Referimo-nos especialmente aos livros *A câmara escura. Alienação e estranhamento em Marx* (2001) e *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir* (2011).

segundo a qual estavam inseridos no cotidiano das pessoas, mas principalmente como tal cotidiano tinha ressonância explicativa no âmbito da experiência coletiva e conceitual, ou seja, a forma sedimentada que dava garantias de continuidade de um dado conteúdo sem que este mesmo conteúdo tivesse a oportunidade de ser mudado ou refundido por opções individuais ou consciências singulares à revelia de vínculos exteriores. Enfim, aquilo que poderíamos chamar (não exclusivamente, mas também) de ideologia!

No texto de Marx o conceito ampliado (ou categoria) é o termo que mantém em pé a unidade interna do argumento e sem o qual não teríamos muita chance de compreender o intrincamento interior do fundamento expositivo. Então, o que à primeira vista parece semelhante ou unificado pela mesma identidade pode ser, ao contrário, muito distinto e merecedor de análise individual justamente pelo fato de que é a proximidade de condicionantes que qualifica o fenômeno. É por isso que somos obrigados a compreender a mediação jurídica na distinção conceitual entre posse e propriedade; da mesma forma, levar em conta que carências são o princípio sem o qual não é possível conceituar necessidade, pois aquela tem um vínculo mais forte com o processo antropológico do tornar-se humano no mundo; igualmente, exteriorização, apesar de sua ineliminabilidade como processo estruturante ancorado no trabalho humano, não pode ser compreendida sem o conteúdo do estranhamento, especialmente o processo atual de alheamento da força de trabalho que cria valor e atua na produção e reprodução do capital. E ainda mais: a forma de propriedade molda a exteriorização do ser humano, ou seja, formas de relações sociais impressas pela qualidade da propriedade privada determinam a forma de exteriorização (que sempre é também uma objetivação) do trabalho humano.

Não é à toa, portanto, que todos esses pares (posse-propriedade; carência-necessidade; exteriorização-estranhamento e, como veremos posteriormente, alienação (*Veräusserung*)-representação (*Vorstellung*) assumem um papel central na explicação de estruturas mais amplas: as categorias centrais servem de base para a exposição de articulações que não são imediatamente visíveis e o fazem porque no seu interior o próprio conteúdo aparece como exposição em processo do entrelaçamento das determinações (condicionamentos) responsáveis pela “verdade” do andamento do objeto. Essas deter-

minações-da-reflexão (*Reflexionsbestimmungen*)⁴ já apareciam em abundância na teoria científica hegeliana e em larga medida são retomadas por Marx para repor em bases terrenas o conteúdo dialético das relações estabelecidas pelos seres humanos, mas com o cuidado de marcar o lugar da cultura (no sentido de “formação”: *Bildung*) material na consecução destes parâmetros.

A economia aparece aqui como produção e reprodução da vida e não somente como fator determinante da vida no sentido de um condicionamento de mão única, que é a visão mais simplista referida ao controle da escassez: não é possível conciliar a reprodução da vida sem representações que auxiliem na legitimação abstrata, intelectual, desta reprodução. E em larga medida a percepção das distinções sociais, da forte desigualdade engendrada pela economia do capital, sobrevive não apenas como percepção direta das referidas distinções, mas como parâmetro que permeia valores e atos e, portanto, um universo a partir do qual grupos humanos orientam sua própria conduta – orientação que pode tanto identificar as condições diretamente materiais que moldam relações econômicas como, igualmente, identificar nas referidas relações a naturalização de um processo social que, aparentemente, se desdobra segundo uma lógica interna que foge ao controle dos agentes.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* – que é momento teórico de um Marx ainda bastante distinto daquele que desenvolve a Crítica da Economia Política na maturidade, sem que isso implique, de forma alguma, qualquer tipo de ruptura epistemológica – o lugar dessa relação entre ação e pensamento e o resultado intrincado dela é posto de maneira bem clara a partir do conteúdo das representações:

Um *ser* se considera primeiramente como independente tão logo se sustente sobre os próprios pés, e só se sustenta primeiramente sobre os próprios pés tão logo deva a sua *existência* a si mesmo. Um homem que vive dos favores de outro se considera como um ser dependente. Mas eu vivo completamente dos favores de outro quando lhe devo

⁴ Ver especialmente Hegel, G.W.F. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften 1830*. Primeira parte (livro I): Die Wissenschaft der Logik mit den mündlichen Zusätzen. A seção de interesse é a segunda, “A doutrina da essência”, e todo o item ‘A’ (A essência como fundamento da existência) é de grande importância para entendermos melhor a compreensão que o próprio Marx tinha do processo cognitivo. É bom que se registre que Marx dedicou, no conjunto da obra, pouquíssimas linhas ao tema – e talvez não seja gratuito que não somente a terminologia, mas em linhas gerais a própria compreensão hegeliana do fenômeno da razão e do entendimento, tenha permanecido como fundamento da teoria de Marx. A edição completa da *Enciclopédia das ciências filosóficas* saiu em português pela editora Loyola, com tradução de Paulo Meneses.

não apenas a manutenção da minha vida, mas quando ele, além disso, ainda *criou* a minha *vida*; quando ele é a *fonte* da minha vida, e minha vida tem necessariamente um tal fundamento fora de si quando ela não é a minha própria criação. A *criação* é, portanto, uma representação (*Vorstellung*) muito difícil de ser eliminada da consciência do povo. O ser-por-si-mesmo (*Durchsichselbstsein*) da natureza e do homem é *inconcebível* para ele porque contradiz todas as *palpabilidades* da vida prática. (MARX, 2004, p. 113, grifo do autor).

Pelo momento bem particular da escrita, aspecto no qual não poderemos nos deter neste texto, e bem mais do que aquilo que é revelado em *O capital*, os *Manuscritos* tem, sem dúvida, um conteúdo programático que dá total dimensão do direcionamento da crítica de Marx às teorias que pretendem encontrar fora do universo da atividade humana qualquer justificativa para aquilo que somos e criamos, incluindo a interpretação científica e abstrata da natureza, da arte, da filosofia ou das ciências naturais⁵. Em

⁵ Em *A ideologia alemã* esse argumento é retomado e levado às últimas consequências a partir daquilo que Marx compreende como sendo o lugar da história, do trabalho e da sociedade civil na realização da vida humana: “Essa concepção da história consiste [...] em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos). Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na ‘autoconsciência’ ou sua transformação em ‘fantasma’, ‘espectro’, ‘visões’, etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria. Essa concepção mostra que a história não termina por dissolver-se, como ‘espírito do espírito’, na ‘autoconsciência’, mas que em cada um dos seus estágios encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente estabelecida com a natureza e que os indivíduos estabelecem uns com os outros; relação que cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias. Essa soma de forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio, que cada indivíduo e cada geração encontram como algo dado, é o fundamento real daquilo que os filósofos representam como ‘substância’ e ‘essência do homem’, aquilo que eles apoteosaram e combateram; um fundamento real que, em seus efeitos e influências sobre o desenvolvimento dos homens, não é nem de longe atingido pelo fato de esses filósofos contra ele se rebelarem como ‘autoconsciência’ e como o ‘Único’. Essas condições de vida já encontradas pelas diferentes gerações decidem, também, se as agitações revolucionárias que periodicamente se repetem na história serão fortes o bastante para subverter as bases de todo o existente, e se os elementos materiais de uma subversão total, que são sobretudo, de um lado, as forças produtivas existentes e, de outro, a formação de uma massa revolucionária que revolucione não apenas as condições particulares da sociedade até então existente, como também a própria ‘produção da vida’ que ainda vigora – a ‘atividade total’ na qual a sociedade se baseia –, se

primeiro lugar, a forma geral da estrutura histórico-antropológica humana ancorada no trabalho, esta relação entre ser humano e natureza mediada pela atividade produtiva (posição intelectual orientada por uma consciência com finalidades, objetivos) e, em segundo, a percepção de que tudo o que é objeto de cultura (formação, *Bildung*) é também produto deste complexo, ou seja, que não há objeto natural ou social que não tenha surgido do trabalho ou tenha sido compreendido a partir dos seus desdobramentos, estes pressupostos dão a entender que não existe nenhuma entidade social que, mesmo tendo poder sobre o homem, é exclusivamente exterior a ele, pois não há entidade social que não seja produto da atividade humana. É possível dizer, talvez com alguma ousadia, que esse texto (esses *Manuscritos*) aparece como uma das primeiras obras teóricas que incorporam de maneira extremamente feliz as reflexões hegelianas acerca do devir, amplamente apoiada – e também isso em função dos escritos de Hegel – numa forte campanha, agora teórico-prática, anti-kantiana⁶.

É sempre notável em Marx a preocupação com as mediações, sendo que na maioria esmagadora das vezes o conteúdo da mediação é ao mesmo tempo o conteúdo explanatório de um problema, aquele que está sendo exposto. Conhecer mediações é o mesmo que conhecer as necessidades do objeto e conhecer aquilo que é *necessário* é o mesmo que conhecer aquilo que condiciona o referido objeto. E é por isso que não é possível pensar em subverter o conteúdo das forças que definem o capital ou em emancipação humana sem conhecer também o conteúdo daquelas forças que condicionam o nosso cotidiano. Não há emancipação sem conhecer todas as conexões da reprodução do capital enquanto processo social total. E a emancipação pode ter o seu primeiro passo no reconhecimento atual de que o trabalho concreto é ineliminável da vida humana, e de que não haverá vida humana emancipada sem a supressão do trabalho abstrato. Da mesma forma, e sem dúvida isso é egresso das reflexões presentes nos *Manuscritos de Paris*, não há justificativa ética para a manutenção da re-

tais elementos não existem, então é bastante indiferente, para o desenvolvimento prático, se a *ideia* dessa subversão já foi proclamada uma centena de vezes – como o demonstra a história do comunismo.” (MARX, 2007, p. 42-43).

⁶ Não somente nos *Manuscritos de Paris*, mas igualmente em outra obra já citada, *A ideologia alemã* (e nesse caso Kant é nominalmente apontado), a perspectiva da razoabilidade universal do objeto em si mesmo é ponto de partida para o desenvolvimento da teoria de Marx. O fundamento desta perspectiva é ampliado quando da redação de *O capital*, pois aí a preocupação do desvelamento do processo de produção do capital como processo social total tem na teoria do valor-trabalho o ponto crucial da “racionalidade” da sociedade moderna.

lação mando-obediência, uma vez que, em larga medida, essa relação se consolidou em virtude das manifestações diversas da forma propriedade privada – forma que contraditoriamente tem como seu criador objetivo a subjetividade do trabalho humano.

Talvez por isso a leitura de *O capital* seja tão árdua: aqui, a noção de propriedade privada é requalificada segundo suas novas acomodações e atribuições internas e o tempo todo o texto trata de relações não imediatamente compreensíveis pelos homens, porque há muito mais determinações do que é possível entrever nos confrontos habituais com problemas cotidianos e resoluções imediatas de conflitos. E o pior: o dito tratamento engendrado por Marx não se restringe às puras condições econômicas de reprodução do capital. É também isso, mas não só. É somente na aparência que *O capital* é um livro de economia. A base filosófica de Marx nos legou um trabalho que o tempo todo procura mostrar que o fundamento analítico é aquele que considera que não há esferas estanques, ainda que possam existir abstrações para compreender particularidades destas esferas. Da mesma forma, há uma visível insistência por parte de Marx em retratar as relações dialéticas a partir de confrontos de conteúdos que temos, necessariamente, de compreender para dar conta do complexo que está sendo investigado.

A categoria central da arquitetônica revelada em *O capital* é a categoria *valor* e sua percepção por Marx se relaciona com particularidades que só sobrevivem com a consolidação do próprio capital como processo social total que caracteriza toda a ação da reprodutibilidade da vida social como totalidade social. Por isso, é um erro teórico importante ignorar a distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato e seus necessários expoentes: valor de uso e valor. A concreção do trabalho é aquilo que nos torna humanos, do ponto de vista de nossa própria consolidação antropológica. A abstração do trabalho é a sua transformação em trabalho humano igual, cuja medida depende do tempo e não de sua qualidade, ainda que seja altamente qualitativa, do ponto de vista tanto histórico quanto socioeconômico, a nova forma de organização baseada na produção do valor-trabalho. Em outras palavras, aquilo que serve para compreendermos a espinha dorsal da sociedade moderna, a sociedade do capital, é a teoria do valor.

E não é que o valor seja somente um componente restrito ao ambiente monolítico da reprodução econômica propriamente dita; na verda-

de, a anatomia da sociedade do capital tem no valor aquilo que a distingue de qualquer outra formação socioeconômica justamente porque a consolidação da capacidade humana de trabalho como mercadoria que gera valor, mas não é valor, é o solo sobre o qual se erguerá o conjunto da identidade que condiciona a sociedade mundial do capital. A notável expropriação universal dos fundamentos da produção por meio da apropriação também universal da capacidade de trabalho (força de trabalho humana) e sua transformação em fator que cada vez mais depende da reprodução, alcance e reestruturação da divisão do trabalho, cria uma sociedade cujo alcance destas determinações não pode ser freado por fronteiras geográficas e nem pela boa vontade do humanismo voluntário.

Toda cadeia produtiva dependerá da lógica da expropriação da força de trabalho e pouco importa se há setores que não correspondem diretamente à necessidade da referida expropriação enquanto criação de valor: como a produção passa a depender, o tempo todo, da troca de grandezas de valor (parcelas de trabalho incorporadas a partir do tempo de trabalho socialmente necessário), mesmo a ausência imediata, em setores específicos do trabalho, da produção de valor se verá condicionada pela lógica da necessária troca universal. Mesmo setores não produtores de valor dependerão dele para se consolidar no interior da lógica de subordinação do trabalho ao capital. A essência (a permanência e preponderância de uma qualidade condicionadora) do modo de produção capitalista se apresenta como produção do valor.

Tudo isto posto, o que deduzimos é que o que deve prevalecer são as relações entre os diferentes trabalhos e, mais, que a troca não depende somente do trabalho específico representado em cada setor ou em cada artigo (ou o tempo de trabalho de produção de qualquer mercadoria representada em si mesma), mas a relação de produção entre as diferentes mercadorias é que dá o tom da própria sociabilidade do capital. Por isso, é tão importante prestar atenção na insistência de Marx em apresentar a troca enquanto realização do valor a partir do intercâmbio constante entre *grandezas de valor*.

A categoria *trabalho abstrato* é que representa a possibilidade de entendermos a relação de valor como uma relação de troca que decompõe todos os trabalhos ao que Marx chama de “gelatina de trabalho humano”,

ou seja, a decomposição daquilo que é complexo em trabalho mais simples, a ponto deles todos serem quantitativamente reduzidos a algo qualitativamente novo. O trabalho deixa de ser representado pela sua qualidade concreta (o que, em certo sentido, é reproduzido à insidência pela economia política ao tratar do trabalho como fenômeno estruturante da sociedade capitalista⁷) e passa a ser representado pela quantificação universal de sua produção na relação com o universo de todos os outros trabalhos.

Não é gratuito, portanto, que na visão de Marx esse processo totalizador e totalizante tenha ressonância em aspectos que estão sobrepostos à direta reprodução econômica. Se *produção e história* articulam o ponto de partida teórico para entender o conteúdo também do pensamento⁸, é bastante claro que a qualidade da organização do trabalho tem de ser levada em conta ao investigar-se produções de cunho intelectual ou abstrato.

Do ponto de vista das representações humanas condicionadas por esse processo social total, a noção atual de igualdade (que é um conceito histórico importantíssimo, inclusive do ponto de vista aqui exposto, o da sociedade do capital) não tem a ver, portanto, diretamente com a troca, mas com o fato de a troca não ser percebida qualitativamente a partir de suas diferenças e identidades internas. Já no item sobre “o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo” é revelado, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista a respeito do fetiche, que não se trata apenas de uma ‘fantasmagoria’ por parte de quem observa o fenômeno, mas que faz parte do próprio fenômeno a consolidação de uma combinação estruturada so-

⁷ A respeito, vide Marx (2001, p. 94), especialmente nota 31.

⁸ A esse respeito, e com muita propriedade no que tange ao nosso tema, Mézáros atenta para o fato da teoria social contemporânea aparecer fortemente condicionada pela estrutura da sociabilidade do capital: “A relação entre a estrutura social e as formas de consciência é seminalmente importante. Isso porque a estrutura social efetivamente dada constitui o quadro e o horizonte gerais nos quais os pensadores particulares, em todos os campos do estudo social e filosófico, estão situados e em relação aos quais têm de definir sua concepção de mundo [...] os parâmetros metodológicos e ideológicos das épocas históricas particulares, incluindo a era do capital, são firmemente circunscritos pelos *limites estruturais últimos* de sua força social dominante, em conformidade com o tipo prevalecente de atividade produtiva e a correspondente modalidade de distribuição. Qualquer tentativa teórica de escapar dessas determinações, na equivocada busca de ‘metateorias’ evasivas, pode apenas prejudicar o empreendimento filosófico. Com efeito, quanto mais abrangente e mediado for o assunto escolhido, mais óbvio deverá ser seu vínculo com as determinações estruturais ‘totalizadoras’ da época histórica relevante. Isso deve ser verdade, diante do fato de que uma concepção apropriada da *mediação* em qualquer campo de análise é impensável sem uma apreensão *abrangente* do campo de estudo em questão, quer pensemos na ‘metaética’ ou na metodologia em geral. A análise legítima dos diversos *discursos* – por exemplo, os discursos moral, político e estético – é inconcebível sem que esteja dialeticamente inserida no quadro estrutural apropriado no que se refere às determinações gerais. Pois os discursos particulares não são inteligíveis sem que sejam apreendidos como *formas específicas de consciência histórica*”. Vide: Mézáros (2009, p. 17, grifo do autor).

bre a impossibilidade de compreender-se de forma imediata o conjunto da relação diretamente produtora de mercadorias, uma vez que ela é embriologicamente dependente da forma dinheiro, justamente o elemento responsável por substituir a particularidade dos trabalhos concretos.

O conjunto da relação de produção do capital faz com que o dinheiro apareça como entidade que tem vida própria na medida em que a dimensão de sua produção a partir de trabalho humano não surge, de jeito nenhum, como prova empírica imediata – somente a partir da percepção marxiana de que o dinheiro aumenta na circulação e de que este aumento é maior do que a própria função do dinheiro no interior da circulação simples, é que se pode deduzir que, na verdade, sua origem está no próprio processo, ou na *esfera* (para ser mais preciso) da *produção* do capital, que é uma produção dependente da universalização social dos trabalhos privados, ou seja, o trabalho social total formado por um complexo de trabalhos privados (MARX, 2001, p. 87).

Na sociedade do capital, o que importa é que a vida dos possuidores de mercadorias (*Warenbesitzern*) dependa da existência da própria mercadoria como elemento generalizado para que se efetive como vida social ou a base social para a vida individual. E somente é vida social por reconhecer nos diferentes possuidores, enquanto proprietários privados, a possibilidade de usufruir da mercadoria do outro aquele que vende ou aliena (no sentido jurídico: *veräußert*) a sua própria (MARX, 2001, p. 99). Do ponto de vista do capital, estão no mesmo patamar: a força de trabalho, os meios de produção e o dinheiro enquanto equivalente geral, ainda que a qualidade de produção de valor não caiba, é claro, a todos eles.

Marx afirma que essa relação de reconhecimento jurídico (relação naturalizada da compra e venda universal) aparece sob a forma do contrato. Quer dizer, as relações se personalizam como portadoras da própria vontade da relação econômica – o momento em que aparece o objeto de uso como sendo a possibilidade (*Möglichkeit*) de converter-se em valor de troca é precisamente sua existência (*Dasein*) como não-valor de uso ou como quantum de valor de uso que ultrapassa as carências imediatas de seu possuidor. Coisas (mercadorias) são, em e para-si, externas ao homem e, portanto, alienáveis (MARX, 2001, p. 102) (*veräußerlich*). A fim de que a vendabilidade sob o seu aspecto jurídico (alienação enquanto *Veräußerung*)

aconteça como movimento de mão dupla, é preciso que os seres humanos se defrontem, de maneira tácita, como proprietários privados de cada uma daquelas coisas alienáveis (*veräußerlichen*) e, precisamente por causa disso, como pessoas independentes umas das outras (MARX, 2001, p. 102).

Semelhante estranhamento (*Fremdheit*), segundo Marx, é tão específico da forma atual da produção do capital, que não será encontrado em qualquer comunidade primitiva (MARX, 2001, p. 102), pois o intercâmbio, na sociedade de troca generalizada de mercadorias, está dado pela vontade da alienação (*Veräußerung*) recíproca dos possuidores de mercadorias, cujo aspecto qualitativo é aquela posse amparada pela produção já intencionalmente orientada para a troca – aqui, na troca imediata de produtos, cada mercadoria é imediatamente meio de troca para o seu possuidor e equivalente para o seu não possuidor, mas somente enquanto for, para este último, valor de uso (MARX, 2001, p. 103). Enfim, todos vão ao mercado trocar tempos de trabalho socialmente necessários por produtos que têm valor concreto enquanto valor de uso, mas esta ida ao mercado é corroborada pela presença do dinheiro que, como qualquer mercadoria, também tem por trás de sua produção tempo de trabalho socialmente necessário, só que traduzido no pagamento da força-de-trabalho dispendida ou traduzido no pagamento do montante de trabalho necessário para a reprodução da vida do próprio possuidor da mercadoria força-de-trabalho.

É justamente porque o dinheiro representa a concentração do conjunto das grandezas de valor socialmente expressas, que se pode desenvolver sinteticamente e no interior do próprio corpo social a anatomia da sociedade do capital do ponto de vista da possibilidade da reprodução específica dessa relação em termos abstratos, conceituais – a manifestação do processo social total da produção do capital na roupagem de sua auto interpretação. Não há forma econômica da organização do trabalho, seja em qual sociedade humana for, que não tenha uma estrutura interpretativa correspondente a tal forma, uma narrativa que procure entender ou consolidar o *hic et nunc* da referida sociedade ou comunidade. Como o dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestação da medida imanente do valor das mercadorias, ou seja, é manifestação do tempo de trabalho (MARX, 2001, p. 109), é necessário que este princípio se coloque em formas de representação específicas ou mesmo diversas do complexo

societário, na medida em que a ordenação da produção e reprodução da vida através do trabalho só tem lugar se o referido princípio puder ser reproduzido do ponto de vista da atuação das subjetividades.

Em *O capital*, Marx recupera categorias com as quais já trabalhara em período anterior de produção teórica, mas, agora, a preocupação está menos voltada a considerações gerais a respeito do conteúdo antropológico e econômico das relações humanas⁹ e mais centrada na forma de ser desta relação do ponto de vista da categoria central do modo de produção do capital, o valor. Ainda que, à primeira vista, tenhamos a impressão de que o tratamento dispensado à economia em *O capital* seja unívoco, não é verdade que o conteúdo das representações não diga respeito, do mesmo jeito, à leitura que os seres humanos fazem de sua própria conduta – representar é deixar que os valores (abstrações humanas vinculadas à interpretação e hierarquia dos elementos que condicionam a vida) atuem sobre o próprio homem.

Nesse sentido, a retomada de expressões como *Entäußerung* (que tem o significado de transferência de posse, mas também o enfoque qualitativo na efetiva entificação do dinheiro) e *Veräußerung* (que é também alienação como transferência de posse, mas sob o ponto de vista da vendabilidade com suporte jurídico) nos ajuda a compreender o circuito do capital de maneira muito mais concentrada, pois a preocupação maior de Marx é a exposição adequada da lógica interna da formação do capital como elemento que sempre dependerá de força de trabalho. Quando Marx faz uso das referidas categorias *Veräußerung* (a alienação jurídica, voltada principalmente para a potencial venda e compra, notadamente da força de trabalho), *Entäußerung* (exteriorização, alienação, transcendência) e também, menos vezes, de *Entfremdung* ou variantes (pra falar da venda da força de trabalho como *alheamento* que atinge o ser humano) que, nestes capítulos iniciais (seções I e II), estão combinadas para salientar a diferença entre valor e preço – o direcionamento do argumento está na constatação

⁹ Sobre o caráter da cientificidade na obra de maturidade de Marx, diz Lukács (1979, p. 27): “É uma estrutura de caráter completamente novo: uma cientificidade que, no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e utiliza essa como metro para avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular; uma consideração ontológico-filosófica da realidade em-si, que não se põe acima dos fenômenos considerados, coagulando-os em abstrações, mas se coloca, ao contrário – crítica e autocriticamente –, no máximo nível de consciência, como o único objetivo de poder captar todo ente na plena concreticidade da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele.”

de que valor e preço não é a mesma coisa, ou seja, por um lado o preço aparece como realização direta do valor de troca na medida em que se configura como realização localizada das trocas constantes entre grandezas de valor e, em segundo lugar e por consequência, a defesa deste ponto de vista ancorada na necessidade da exteriorização do dinheiro aparecer também como relação naturalmente legítima na cabeça das pessoas enquanto *representação (Vorstellung)*.

Se optarmos, como é usual, por tratar as três palavras (*Veräusserung*, *Entäusserung* e *Entfremdung*) sempre como “alienação”, não teremos o entendimento descrito, pois a distinção nos obriga a compreender que a interpretação muda por completo quando se nota que a alienação do dinheiro na forma de sua exteriorização (entificação social) é fenômeno crucial para a circulação aparecer às pessoas como fenômeno natural com fundamento jurídico. Sem o concurso da moeda, não haveria legitimação subjetiva para a reprodução do capital e isso só é possível porque o dinheiro aparece para o trabalhador como ente material ou entificação total de qualquer troca possível.

A articulação do argumento de Marx tem a ver com o conteúdo da teoria do valor-trabalho associada ao fenômeno jurídico (*Veräusserung*) da representação, que são o solo a partir do qual se configura idealmente a reprodução universal do capital enquanto situação legítima entre pessoas por meio do contrato, na medida em que a consolidação da circulação simples se desdobra em entesouramento e meio de pagamento, ou seja, fenômenos que retiram do valor-de-uso imediato da mercadoria o seu lugar de produtor e reproduzidor da espécie humana, colocando no seu lugar a permanência constante do dinheiro como o responsável pela mesma função através da perenidade da troca. Para isso, Marx trabalha insistentemente com o dinheiro como exteriorização necessária para o referido processo, não deixando de lado, como já dito, o alheamento da força de trabalho por meio do estranhamento (*Entfremdung*). “O poder social se torna o poder privado da pessoa privada” (MARX, 2001, p. 146), pois o dinheiro se converte em propriedade privada de qualquer pessoa.

A transformação ou alienação do dinheiro, principalmente na forma de meio de pagamento (que é sua maneira de manifestação exteriorizada na circulação, mas já na qualidade de acumulação), dá a total dimensão

de sua entificação como elemento social importante para a consecução da circulação simples (MARX, 2001, p. 150-151). As formas mais avançadas ou sofisticadas de troca não necessitam do dinheiro como elemento imediato da relação, mas garantem sua realização justamente porque o dinheiro, ao ser (e por ser) entesourado, já aparece como algo que satura a própria esfera da circulação – o quantum de dinheiro (na argumentação de Marx, ouro e prata) existente num país tem de exceder o próprio quantum exercido pela função monetária, ou seja, a troca direta entre dinheiro e mercadoria (MARX, 2001, p. 148).

É claro que no texto de *O capital*, a intenção primeira de Marx é avaliar a complexificação da relação entre mercadoria e dinheiro e, neste sentido, o valor aparece como algo imaginário ou uma representação porque se apresenta como o vínculo entre diferentes grandezas de valor (quantum de trabalho humano): a mesma mercadoria pode ter um equivalente distinto em ouro, prata ou bronze ou qualquer outra mercadoria oriunda do modo-de-produção do capital. Portanto, valor não é diretamente quantificável, pois depende da relação entre diferentes grandezas de valor, que sempre serão expressas em quantidades possíveis de inúmeros outros produtos que também dependem de quantum de trabalho humano abstrato (então, imaginário ou representado pode ser expresso em: possibilidade). O preço, por sua vez, é a medida da grandeza de valor, pois mede a quantidade de dinheiro necessária em transações reais. Nas palavras de Marx, é um “peso fixado de metal”. Valor é relação e preço a fixação da correspondência entre grandezas de valor na forma-dinheiro. “O preço é o nome-dinheiro (denominação monetária: Geldname) do trabalho objetivado na mercadoria.” (MARX, 2001, p. 116). O preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente da relação de troca com dinheiro, muito embora sua relação de troca com dinheiro não seja necessariamente expoente da grandeza de valor da mercadoria.

Os momentos da metamorfose da mercadoria são, ao mesmo tempo, transações do possuidor de mercadoria – venda, intercâmbio da mercadoria por dinheiro (no insistente exemplo do linho e do ouro, *Entäußerung*); compra, intercâmbio do dinheiro por mercadoria (no exemplo, ouro por bíblia, *Veräußerung*) e unidade de ambos os atos, vender para comprar. Do ponto de vista do vendedor de mercadoria, daquele que troca

a mercadoria por dinheiro e o dinheiro por outra mercadoria, “todo o processo somente media a troca de seu produto de trabalho por produto do trabalho alheio, o intercâmbio de produtos.” (MARX, 2001, p. 120). As pessoas veem o intercâmbio como naturalização exponencial da troca.

A ordem econômica da representação está no próprio possuidor – seu trabalho é unilateral e suas carências plurilaterais. É por isso que seu produto só vale como valor de troca. Por isso é uma afirmação verdadeira que o preço é somente a denominação monetária do tempo de trabalho socialmente necessário depositado na mercadoria. Mas quem vê preço não vê valor. Diz Marx (2001, p. 122):

Nossos possuidores de mercadorias descobrem [...] que a mesma divisão do trabalho que faz deles produtores privados independentes, torna independentes deles mesmos o processo social de produção e suas relações no interior desse processo e que a independência recíproca das pessoas se completa num sistema de dependência coisificada universal.

A polissemia que está por trás das categorias nos dá a dimensão da complexa estrutura argumentativa: *Entäusserung* é metamorfose que se realiza na compra e venda jurídica *Veräusserung*. Em português, o vocábulo “exteriorização” não é suficiente para designar o complexo, mas não é possível dizer que *Entäusserung* e *Veräusserung* sejam, ambas, *alienação*, sem qualquer contrapartida que as identifique ou atribua a cada uma delas especificidade. A entificação social do dinheiro é um momento de exteriorização (permanência material) da mercadoria no ato da troca. Podemos até dizer: “A transcendência (*Entäusserung*) de sua forma original de mercadoria se realiza pela alienação (*Veräusserung*) da mercadoria”. E também não é gratuito que esse conjunto de representações esteja dominado pela exposição do significado da circulação produtora de mercadorias, em que o dinheiro é “somente” elemento mediador. A exposição do dinheiro como primeiro passo para a produção do capital (autoreprodução do valor) não se coloca aos olhos como movimento verdadeiro, já que dinheiro, para o possuidor comum de mercadorias, é sempre qualitativamente o que compra, independentemente de seu engendramento por intermédio da força-de-trabalho.

A contribuição fundante de todo o aparato descrito é a constatação, por Marx, de que a força-de-trabalho humana tem no seu valor de uso a criação do valor-trabalho, o engendramento necessário daquilo que ela não é. E isso só pode ser compreendido porque não é possível decifrar Marx sem acompanhar as incursões feitas por ele na articulação entre a atividade econômica propriamente dita e a forma como ela se repõe em necessários aspectos da vida cotidiana, que fazem com que esta mesma atividade não seja, no limite, meramente econômica (por isso, é tão importante, no desenvolvimento do argumento, a combinação das categorias *Entäußerung*, *Veräußerung*, *Entfremdung*), na medida em que a totalidade do engendramento da vida é o que importa para determinar o seu elo presente mais forte: o valor-trabalho, aquele elemento que é o mais importante na estrutura do ser social, aquele que qualifica o caráter social da produção (LUKÁCS, 1979, p. 46).

REFERÊNCIAS

- HEGEL, G.W.F. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften 1830*. Primeira parte (livro I): Die Wissenschaft der logik mit den mündlichen Zusätzen. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1970.
- LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. *A ideologia alemã*, São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. *Das kapital*. Livro I. Berlim: Dietz Verlag, 2001.
- MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- RANIERI, J. *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.